

## AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI

ASSUNTO: **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO TEMPESTIVO, REFERENTE À PUBLICIDADE DE VAGAS PARA PERÍCIA MÉDICA MUNICIPAL, POR MÉDICO PERITO, COM HORÁRIOS E DIAS DE ATENDIMENTO.**

Senhor Controlador-Geral:

(nome ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, o que o faz, requerendo a manifestação do senhor sobre o Pedido de Acesso à Informação, provenientes da Lei que Reestrutura o regime Próprio de Previdência Social do Município do Recife – RPPS, Lei nº 17.142 de dezembro de 2005, cujos conteúdos normativos codificados, fazem referência à **Junta Médica Municipal**.

### RAZÕES DO RECURSO

Sabe-se que o **PAI nº 20170026801020533**, de **21/09/2017**, foi indeferido porque a Controladoria não reconheceu o pedido como “*um pedido de acesso à informação*”.

Constatou-se na resposta ao Recurso **em 05\10\2017**, a reforma da fundamentação inicial, porém não foram repassadas as informações solicitadas, no que concerne ao núcleo fundamental do Pedido.

Tratou a Controladoria de dizer que, “*foi utilizada essa via como sucedâneo recursal*”, referindo-se ao **PAI nº 20170029501020532**, como sendo da mesma inicial. Todavia, foi um grande equívoco incorporá-lo ao recurso, pois o conteúdo deste não coaduna com a inicial.

Vale destacar que, foi aberto um novo pedido de informação, **PAI nº 20170029900729993**, porque o sistema estava bloqueado **em 16\10\2017**, quando foi interpor o Recurso, sendo comunicada por mensagem eletrônica: *Não é possível interpor recurso, pois o prazo legal de 10*

(dez) dias expirou. Desta forma, não há de se falar em Recurso intempestivo, porque o sistema contabilizou o prazo até o dia 15/10/2017, fato este que impossibilitou interpor o Recurso.

É necessário tecer comentários sobre o motivo. O prazo deve ser prorrogado, mas em cumprimento a norma regulamentar, que determina no caso do prazo final para responder o recurso, coincidir com final de semana e feriado, este deve ser prorrogado para o próximo dia útil.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Recurso foi tempestivo, interposto dentro do prazo legal, considerando segunda o primeiro dia útil após prazo final. Bem se compreende, portanto, que o erro não foi da solicitante, mas do sistema da Controladoria, que classificou o prazo como superado.

No que diz respeito à resposta ao Pedido de Acesso à informação **nº 20170029900729993**, encaminhada por esta Controladoria, faço as devidas considerações:

1. Considerando que, o documento, RESPOSTA DA CONTROLADORIA, não atende as normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública;
2. Considerando que, sem a **IDENTIFICAÇÃO NOMINAL** não há como arguir fé de ofício. Porque, setor, secretaria ou órgão não responde documento, mas a autoridade Administrativa responsável;
3. Considerando que, sem a **PUBLICIDADE DO CARGO**, sem **DESCRIÇÃO DA MATRÍCULA** da autoridade Administrativa, não há como saber se agente público atuou estritamente em função de seu cargo e conforme competência expressa em lei;

Diante de todo o exposto, reitera-se o **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO nº 20170029900729993**

Recife, 16 de novembro de 2017

Atenciosamente,